

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

57 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 19 a 23/10/2020):

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Votação sobre a reforma da Política Agrícola Comum	1
Futura lei europeia sobre os serviços digitais	1
Regras europeias para a Inteligência Artificial	1
Vencedor do Prémio Sakharov 2020 - oposição bielorrussa	2
Cooperação Estruturada Permanente em matéria de defesa	2
Debate sobre o Conselho Europeu de 15/16 de outubro	2
2. PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2021	2
3. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO	3
4. QFP 2021-27 NEXT GENERATION EU RECURSOS PRÓPRIOS	4
Estado de Direito	5
Coesão - REACT-EU - envelopes nacionais	5
Capacidade orçamental da zona euro	5
5. REFORMA DA PAC	5
6. SURE PRIMEIRA EMISSÃO DE DÍVIDA COMO OBRIGAÇÕES SOCIAIS	6
7. NATO PERCENTAGEM DE INVESTIMENTO EM DEFESA	6
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho dos Ministros de Agricultura e Pescas	7
Conselho de Ministros de Ambiente	7
Videoconferência dos Ministros da Competitividade sobre Mercado Interno e Indústria	7
Videoconferência dos Ministros de Assuntos Internos sobre a Europol	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana, teve lugar a [sessão plenária¹ do Parlamento Europeu](#) (PE)².

Votação sobre a reforma da Política Agrícola Comum

O PE adotou a sua [posição negociada sobre o futuro da PAC](#), que agora será discutida com o Conselho (cfr. ponto 5, infra).

Futura lei europeia sobre os serviços digitais

O PE aprovou [dois relatórios](#) de [iniciativa legislativa](#) sobre o futuro **ato legislativo sobre os serviços digitais (ALSD)**, que a Comissão Europeia deverá apresentar em dezembro, e um terceiro relatório relativo aos direitos fundamentais neste domínio, no qual apela a uma remoção do conteúdo de forma «*diligente, proporcional e não discriminatória*», salvaguardando as liberdades de expressão e de informação, a privacidade e a proteção de dados.

Em síntese, a **posição do PE** é a seguinte:

- todos os prestadores de serviços digitais estabelecidos em **países terceiros** devem **respeitar as regras do ALSD** quando os seus serviços sejam para consumidores na UE;
- a UE deve estabelecer um **mecanismo vinculativo de «notificação e ação»**, para que os utilizadores possam notificar os intermediários *online* sobre conteúdos ou atividades potencialmente ilegais (organismo nacional independente de resolução de litígios e o direito a recurso judicial perante um tribunal);
- deve existir uma **distinção rigorosa** entre **conteúdos ilegais** e **conteúdos nocivos** (o regime de responsabilidade jurídica deve aplicar-se apenas a «conteúdos ilegais» na aceção do direito da UE ou nacional);
- As plataformas **não devem recorrer à filtragem** nem a qualquer tipo de **controlo *ex ante*** de conteúdos nocivos ou ilegais: a decisão final sobre a legalidade dos conteúdos deve caber a uma autoridade judicial independente e não a empresas privadas;
- a noção de que «*o que é ilegal offline também é ilegal online*», assim como a proteção do consumidor e a segurança do utilizador, devem ser os **princípios orientadores**;
- os **utilizadores** devem ter mais **poder** para decidir o que querem ver *online*, incluindo a opção de **não tratamento do conteúdo (curadoria)**, e reduzir a influência dos algoritmos. A **publicidade direcionada** deve ser **regulamentada de maneira mais rigorosa**: preferência a formas de publicidade contextualizadas e menos intrusivas, com menor exigência de dados e de interações anteriores do utilizador com os conteúdos.

Regras europeias para a Inteligência Artificial

O PE aprovou um **três relatórios de iniciativa sobre a inteligência artificial na UE**, apresentando recomendações para **estimular a inovação, os princípios éticos, a responsabilidade e direitos de propriedade intelectual**. A **proposta da Comissão Europeia** deverá ser apresentada no **início de 2021**. Principais destaques:

- a Comissão Europeia deverá apresentar um **quadro jurídico com alguns princípios orientadores**: **IA antropocêntrica e antropogénica** (centrada no, e produzida pelo, ser humano); segurança, transparência e responsabilização; salvaguardas contra o

¹ Realizada remotamente, em face da situação epidemiológica relacionada com a COVID-19.

² Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

- enviesamento e a discriminação; direito de recurso; responsabilidade social e ambiental; respeito pela privacidade e pela proteção de dados;
- as **tecnologias baseadas na IA de alto risco** (e.g. autoaprendizagem) devem permitir a supervisão humana a qualquer momento;
- os operadores de IA de alto risco devem ser integrados num **quadro de responsabilidade civil** para os danos causados;
- a liderança global da União Europeia em matéria de IA requer um **sistema de direitos de propriedade intelectual** eficaz e salvaguardas para o sistema de patentes da UE, de modo a proteger a inovação.
- deve ser distinguida a **criação assistida e a criação gerada pela IA**: a IA não deve possuir personalidade jurídica e os direitos de propriedade intelectual devem ser atribuídos exclusivamente a humanos.

Vencedor do Prémio Sakharov 2020 - oposição bielorrussa

O presidente do Parlamento Europeu (PE) anunciou que [a oposição democrática na Bielorrússia é a vencedora do Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2020](#).

A oposição democrática na Bielorrússia é representada pelo [Conselho de Coordenação, uma iniciativa de mulheres e de figuras proeminentes da política e da sociedade civil](#).

Cooperação Estruturada Permanente em matéria de defesa

Foi aprovada a [resolução com as recomendações sobre o futuro da PESCO](#), destacando-se a [breve apresentação](#) feita pelo relator Radek Sikorski (PPE, Polónia).

Debate sobre o Conselho Europeu de 15/16 de outubro

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, [apresentou](#) ao PE um [relatório das principais Conclusões](#) do último Conselho Europeu.

2. PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA 2021

A Comissão adotou esta semana o seu [programa de trabalho para 2021](#), que contém novas iniciativas legislativas ao abrigo das seis principais ambições estabelecidas pela Presidente von der Leyen nas suas [orientações políticas](#). O [anexo 1](#) do [programa de trabalho para 2021](#) contém uma lista completa dos **44 novos objetivos** estratégicos a atingir.

2021 Commission work programme - key figures



Destacamos, entre outros:

1. **Pacto Ecológico Europeu:** apresentação de um pacote «*Preparados para os 55*» que visa reduzir as emissões em, pelo menos, 55% até 2030: e.g comércio de emissões (inclusão de outros setores), o mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras, medidas de implementação do plano de ação da Europa para a economia circular;
2. **Uma Europa preparada para a era digital:** apresentação de um roteiro de objetivos digitais para 2030 - conectividade, as competências e os serviços públicos digitais. Além de propostas em matéria de inteligência artificial, surgirá igualmente a criação de uma identificação eletrónica europeia (e-ID), uma atualização da nova estratégia industrial para a Europa e uma proposta legislativa sobre as condições de trabalho dos trabalhadores de plataformas;
3. **Uma economia ao serviço das pessoas:** com especial destaque para as prioridades da Presidência portuguesa do Conselho da UE, a Comissão apresentará **um plano de ação para aplicar plenamente o Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, além da nova garantia europeia para a infância. Será revisto o quadro de gestão de falências bancárias;
4. **Uma Europa mais forte no mundo:** Comunicação conjunta sobre o reforço da contribuição da UE para um **multilateralismo** baseado em regras, uma parceria renovada com a nossa vizinhança meridional e uma Comunicação sobre o Ártico;
5. **Promoção do modo de vida europeu:** uma **União Europeia da Saúde** mais forte, do reforço do papel das agências existentes e da criação de uma nova agência europeia de investigação e desenvolvimento avançados no domínio biomédico. Será apresentada uma nova estratégia para o **futuro de Schengen**, e o novo pacto sobre migração e asilo será concretizado através de uma série de propostas em **matéria de migração legal**, incluindo um pacote relativo a «**talentos e competências**». Proposta de plano de ação contra o tráfico de migrantes; estratégia de regresso voluntário e reintegração sustentável;
6. **Um novo impulso para a democracia europeia:** novas estratégias sobre os direitos das crianças e das pessoas com deficiência, bem como uma proposta para combater a violência baseada no género. Proporá igualmente alargar a lista de «eurocrimes» a todas as formas de crimes de ódio e de discursos de incitamento ao ódio. Serão propostas regras mais claras sobre o financiamento dos partidos políticos europeus.

A Comissão considera que é mais importante do que nunca conceber propostas legislativas impactantes e preparadas para o futuro, sendo que a próxima **Comunicação sobre o Programa Legislar Melhor** reiterará a importância deste aspeto, centrando-se na simplificação e na redução dos encargos, nomeadamente através da aplicação do princípio de comporta regulatória.

3. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

Após o Conselho Europeu da passada semana, que adotou Conclusões em que “*convida o negociador principal da União a prosseguir as negociações nas próximas semanas, e exorta o Reino Unido a dar os passos necessários para tornar possível um acordo.*”, e apesar de reações iniciais de desapontamento e crítica da parte do Governo britânico, registaram-se progressos importantes nos últimos dias.

Após uma série de [contactos ao mais alto nível entre as partes](#), tanto o [Reino Unido](#) como a [UE](#) anunciaram o **retomar das negociações de forma intensiva**, com uma fase inicial entre 22 e 25 de outubro e com base num conjunto de princípios orientadores:

ORGANISING PRINCIPLES FOR FURTHER NEGOTIATIONS

The following principles for further negotiations have been agreed by the Chief Negotiators of the United Kingdom and the European Commission.

1. The parties have agreed to intensify negotiations. Talks will take place across all negotiating tables concurrently. Negotiations will take place daily including weekends, unless both sides agree otherwise.
2. This next and final phase of the negotiations will in principle be on the basis of each side's legal texts while a common approach is found, unless lead negotiators in an individual workstream agree that a different approach is more appropriate.
3. Lead negotiators in each of the workstreams should move as quickly as possible to a read through of both texts, with a view to identification of areas of convergence, which could be expressed either in a two/three-column table or consolidated texts depending on which tool lead negotiators deem most appropriate.
4. A small joint secretariat will be established to hold a master consolidated text. This will be staffed by officials and lawyers from both parties. The joint secretariat will establish a methodology for managing the legal texts, in consultation with the lead negotiators of each workstream.
5. This textual process should be accompanied by discussions in the workstreams on the outstanding more political issues, including the most difficult ones such as LPF, governance, fisheries, energy and goods/services provisions.
6. As has been the case in recent weeks, the Chief Negotiators and / or Deputy Chief Negotiators from both parties should meet in a restricted format, according to need. This group should have regard to the overall progress of the negotiations, consider issues escalated from the workstreams from the negotiation tables, give direction to workstream leads, and deal with the most sensitive political issues in the talks. This group should meet every day.
7. It is understood that, regardless of progress in individual workstreams, nothing is agreed in these negotiations until a final overall agreement is reached.

Logistics

8. The initial phase of the negotiations will take place in London from 22 October until 25 October.
9. Thereafter the negotiations should take place in person in London and Brussels, or via teleconference, or a mix of the two, as agreed by both parties.
10. In managing the locations and logistics of this phase of the negotiation, both parties will give due regard to the evolving Covid-19 situation, the practicalities of travel, and, in particular, the different levels of risk in both London and Brussels. They will prioritise their duty of care to the individuals in negotiating teams on both sides and make appropriate decisions on the basis of evidence as the final stages of the negotiation move forwards.

4. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

Após o [encontro informal](#) do dia 14 de outubro e as discussões à margem do Conselho Europeu da semana passada, o Presidente do PE fez uma [declaração](#) em que deu nota da “*urgência da situação (...) e da expectativa do PE*” sobre novas propostas do Conselho relativamente aos 15 [programas-bandeira](#) da UE e reiterou a posição de que os “*os custos do Plano de Recuperação não podem ser colocados dentro do QFP 2021-27*”.

Na quarta-feira, teve lugar a [8.ª ronda de negociações trilaterais entre o Conselho, o PE e a Comissão](#), tendo o PE reafirmado que a sua “*proposta de compromisso de 13 de outubro se mantém válida, incluindo o pedido de que os 13 mil milhões de margem libertados através da*

consideração dos custos de dívida e de juros do fundo de recuperação fora dos tectos do QFP (...) e um aumento líquido de 9 mil milhões de euros nos tectos do QFP 2021-27”, segundo a [equipa negociadora do PE](#).

Na sessão plenária desta semana, o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, [apelou “respeitosa e educadamente” aos Deputados para “considerarem o plano global \(the big picture\)”](#) nestas negociações, face ao volume sem precedentes de investimento que está em causa.

Estão agendadas mais **duas rondas negociais** para a próxima semana. O *Politico* deu nota esta semana das [discussões no seio dos Grupos Políticos do PE sobre o estado das negociações](#) e o realismo das expectativas e das exigências feitas neste processo.

Estado de Direito

Por outro lado, e no respeitante à [condicionalidade relativa ao Estado de direito no orçamento da UE para 2021-2027](#), teve lugar esta semana o segundo trólogo sobre este [dossiê legislativo](#), com [progressos limitados](#) entre as partes. Entretanto, o PE publicou esta semana um [estudo de opinião](#) que conclui que “*perto de 8 em cada 10 pessoas (77%) na UE apoiam a proposta de que a União só deve alocar fundos aos Estados-Membros cujos governos nacionais respeitem as diretivas do Estado de direito e dos princípios democráticos. Pelo menos 7 em cada 10 participantes em 26 Estados-Membros concordam com esta afirmação.*”

Coesão - REACT-EU - envelopes nacionais

A Comissão Europeia distribuiu esta semana aos Estados-Membros **uma ficha descritiva com a alocação de fundos no âmbito da REACT-EU para 2021**, que está disponível [aqui](#). Calculada com base em três critérios (evolução anual do PIB, evolução do PIB trimestral e do desemprego), tem como principais beneficiários a Itália (10,6 mil milhões de euros, a preços de 2018), a Espanha (10,2 mil milhões), França (2,9), Alemanha (1,7), Polónia (1,55), **Portugal (1,5)** e Roménia (1,2).

Capacidade orçamental da zona euro

O Conselho Fiscal Europeu publicou o seu [relatório anual para 2020](#), onde considera que a pandemia demonstrou a **necessidade de uma capacidade orçamental permanente na zona euro**, sublinhando a natureza temporária do Fundo de Recuperação. Recorde-se que, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão para 2021 (cfr. ponto 2, supra), a [proposta de criação do BICC](#) (Budgetary Instrument for Convergence and Competitiveness) foi formalmente [retirada](#).

Em entrevista ao [Le Monde](#), a Presidente do BCE, **Christine Lagarde**, referiu a mesma ideia, sugerindo que a solução encontrada (fundo de recuperação temporário) **possa trazer lições para um futuro instrumento permanente**. O BCE já havia feito uma [análise sobre as implicações orçamentais do pacote de recuperação da UE](#), em que conclui que, apesar de ser uma ferramenta temporária, **deve ser ponderada a sua continuidade ou carácter permanente**, dada a **ausência de uma capacidade orçamental própria da zona euro** que funcione como estabilizador macroeconómico.

5. REFORMA DA PAC

No [Conselho de Agricultura e Pescas](#) dos dias 19 e 20 de outubro foi traçada uma **[orientação geral sobre o pacote de reforma da política agrícola comum \(PAC\)](#)**, comprometendo-se os Estados-Membros no sentido de uma maior ambição ambiental, deixando-lhes a flexibilidade necessária para definirem a forma de a alcançar, **regimes ecológicos obrigatórios e condicionalidade reforçada**. O Conselho detém agora um mandato político para encetar negociações com o Parlamento Europeu para alcançar um acordo global sobre a reforma.

A [reforma da PAC](#) prevê que, embora seja dada maior flexibilidade aos Estados-Membros na definição de regras e na atribuição de fundos através do desenvolvimento de planos estratégicos nacionais, estes serão **obrigados a demonstrar uma maior ambição ambiental** em comparação com o período actual. O denominado [new delivery model](#) favorecerá o desempenho: permitirá aos países escolher os melhores instrumentos e ações à sua disposição (e também tendo em conta as especificidades nacionais) para alcançar os objetivos e normas acordados a nível da UE.

A [dissonância](#) no tema prende-se com as posições assumidas pelos agricultores e pelos ambientalistas, tendo a Ministra da Agricultura alemã Julia Klöckner [referido](#) que se conclui do debate que **nenhum Estado-Membro quer perder financiamento como resultado de novas reformas**.

No Parlamento Europeu, os Deputados debateram também os planos para tornar a política agrícola da UE mais sustentável, resiliente e flexível, destacando-se a [votação a favor](#) relativamente às propostas de compromisso sobre a futura PAC (planos estratégicos da PAC), aguardando-se ainda o [resultado](#) das restantes votações.

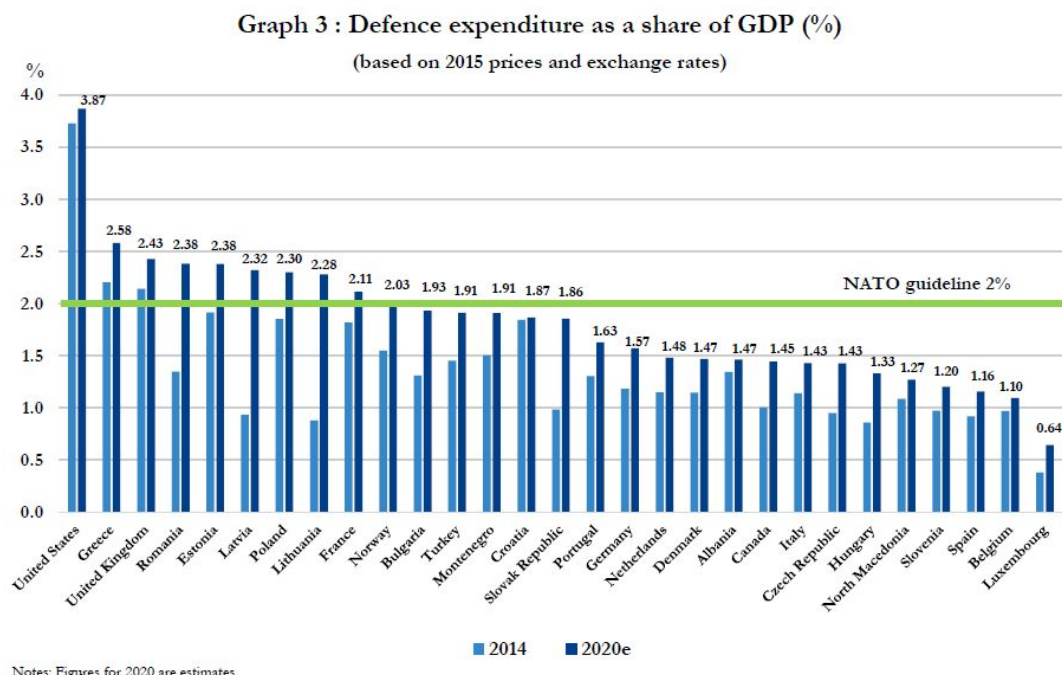
6. SURE | PRIMEIRA EMISSÃO DE DÍVIDA COMO OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Na [Síntese n.º 56](#), demos nota de que a Comissão Europeia havia anunciado a emissão das **[futuras obrigações SURE](#)** ([Support to mitigate Unemployment Risks in an Emergency](#)) da UE, num montante máximo de 100 mil milhões de EUR, como **obrigações sociais**. Esta semana, teve lugar a **primeira [operação de emissão destas obrigações](#)** de investimento social no valor de 17 mil milhões de EUR.

A emissão incluiu dois tipos de obrigações, sendo que 10 mil milhões de EUR deverão ser reembolsados em outubro de 2030 e 7 mil milhões de EUR em 2040. Houve grande interesse dos investidores neste instrumento, com uma procura mais de 13 vezes superior à oferta, o que resultou em condições de preço favoráveis para as duas obrigações. Nesta transação, a Comissão Europeia foi apoiada por cinco bancos: Barclays (IRL), BNP Paribas, Deutsche Bank, Nomura e UniCredit. Até à data, **[são 17 os Estados-Membros que solicitaram apoio financeiro](#)** ao abrigo do instrumento [SURE](#). O apoio financeiro será concedido sob a forma de empréstimos concedidos pela UE em condições favoráveis aos Estados-Membros.

7. NATO | PERCENTAGEM DE INVESTIMENTO EM DEFESA

A NATO publicou esta semana o **[relatório anual sobre os investimentos dos países membros em defesa](#)**, tendo por referência o compromisso assumido em [2014 \(Cimeira de Cardiff\)](#) de atingir a meta de 2% do PIB por país num prazo de uma década, já atingida por **10 países**:



8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Ministros de Agricultura e Pescas

[Decorreu nos dias 19 e 20 de outubro](#), tendo sido alcançados três acordos políticos importantes para o setor, de que demos nota no Ponto 5. Foram adotadas conclusões sobre a Estratégia do Prado ao Prado e as possibilidades de pesca no mar Báltico em 2021.

Conselho de Ministros de Ambiente

[Reunidos](#) a dia 23 de outubro, debateram a **Lei Europeia do Clima**, procurando alcançar uma posição de negociação parcial do Conselho, na pendência de uma decisão do Conselho Europeu sobre a atualização do objetivo climático da UE para 2030, bem como a [estratégia para a biodiversidade](#) da UE para 2030, tentando adotar conclusões sobre a biodiversidade.

A Comissão Europeia apresentou a sua comunicação sobre a nova estratégia da UE para os produtos químicos num contexto de sustentabilidade, comunicação sobre o acesso à justiça em matéria de ambiente nos Estados-Membros, atual proposta legislativa de regulamento que altera o Regulamento de Aarhus, decisão do oitavo programa de ação em matéria de ambiente.

Videoconferência dos Ministros da Competitividade sobre Mercado Interno e Indústria

A [reunião informal](#) por videoconferência dos Ministros responsáveis pela competitividade, que decorreu no dia 23 de outubro, previa o debate de questões relacionadas com a [política industrial, de concorrência e do mercado interno](#), procurando estabelecer o ambiente político adequado para a inovação industrial e para a igualdade de condições de concorrência.

Videokonferência dos Ministros de Assuntos Internos sobre a Europol

Reunidos por [videoconferência](#) no dia 21 de outubro, os Ministros dos Assuntos Internos da UE debateram o **futuro da Europol**, tendo presente a apresentação por parte da Comissão Europeia, em dezembro próximo, do novo mandato para esta agência.

Os Ministros acordaram uma [Declaração Conjunta](#) contendo dez pontos para o plano relativo ao futuro da Europol. Horst Seehofer, Ministro do Interior alemão, [referiu](#) que a Europol é um pilar indispensável na arquitetura da segurança europeia, enquanto prestador de serviços de última geração para todas as autoridades competentes europeias nesta matéria. Os Ministros sublinharam que a Europol é um modelo de sucesso a ser reforçado, com ênfase na inovação: em matéria forense, inteligência artificial e na análise de dados.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das [Comissões Parlamentares](#), sendo de destacar os debates sobre o [impacto da COVID-19 no setor alimentar e do vinho](#), a audição sobre o [tráfico de seres humanos](#), a presença do Comissário Thierry Breton para perspetivar a futura proposta da Comissão sobre [Inteligência Artificial](#), a análise do primeiro relatório da UE sobre [prospetiva estratégica](#) com o Vice-Presidente da Comissão Maroš Šefčovič ou a [primeira edição da semana europeia pela igualdade de género](#).

A Comissão de Assuntos Jurídicos organizará uma [reunião interparlamentar sobre Legislar melhor de uma perspetiva digital](#) (por videoconferência) em que a AR estará representada pelos *Deputados José Magalhães (PS), Vice-Presidente da 1.ª Comissão Emília Cerqueira (PSD), 1.ª Comissão, António Gameiro (PS), 13.ª Comissão e Hugo Carvalho (PSD), 13.ª Comissão*.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [28 de outubro](#), com a adoção da **Proposta sobre um quadro jurídico para um salário mínimo justo para os trabalhadores na UE**, tema central para a Presidência portuguesa, e uma **Comunicação sobre as respostas adicionais à COVID-19**.

Conselho da União Europeia

- 29.10: [Videoconferência dos membros do Conselho Europeu](#)
- 29.10: [Reunião informal dos Ministros dos Transportes](#)
- 30.10: [Videoconferência dos Ministros da Saúde](#)

Bruxelas | 23 de outubro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).